

## MÍDIA IMPRESSA, DISCURSO E REPRESENTAÇÃO SOCIAL: A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO DEFICIENTE

Beatriz Santos Pontes<sup>1</sup>  
Maria Inês Naujorks<sup>2</sup>  
Amanda Sherer<sup>3</sup>

Resumo: Os meios de comunicação são tidos como um dos alicerces culturais e ideológicos, servindo como importantes componentes articulados ao complexo conjunto da comunicação educacional com vistas a colaborar na formação de cidadãos. Ao se analisar a atuação da mídia no sistema de representações e discursos referentes ao deficiente, estes encontram-se permeados por subjetividades, onde o estudo e a elucidação das condições de produção e de atualização do conhecimento enquanto catalizador de estereótipos sociais são emergentes.

Palavras – Chaves: **Mídia Impressa, Representação social e Deficiente**

As sociedades atuais enfrentam crescentemente o desafio do multiculturalismo, evidenciada pela valorização das diversidades, sendo estas transformações fruto de exigências de um mundo em trânsito, caracterizado sobretudo pela interculturalidade, ocupando os meios de comunicação um lugar de destaque nos grandes centros decisórios ocorridos ao longo da história. Dentro de uma sociedade globalizante, o sujeito participa da vida social proporcionalmente ao volume e a qualidade de informações que possui, especialmente em função de suas possibilidades de nelas intervir como produtor do saber; paradoxalmente, as denominadas “culturas de massa” servem como monopolizadoras do saber, respaldadas em um regime de verdade que oferece uma ilusória transparência social na qual todos se comunicam com todos.

De acordo com CHAUI (1990, p.64):

*O fenômeno da alienação parece transcorrer na esfera da consciência e, portanto, no modo pelo qual os sujeitos representam as relações sociais tais como lhes aparecem, sendo-lhes impossível reconhecer-se nos objetos sociais traduzidos por sua própria ação.*

A comunicação, enquanto processo, tem como objetivo tornar comum, dar a conhecer, ser espelho dos fatos ocorridos, abrangendo as mais diversas facetas. Atualmente o assunto em voga gira em torno da comunicação que vislumbra a diversidade e a igualdade; diversidade significa o respeito às diversas posições ideológicas e igualdade significa a equidade de condições a todos os grupos sociais, sendo que o enfoque dado a um determinado tema está relacionado ao destino transcendente deste.

No caso de se pensar a deficiência dentro da sociedade, esta se encontra imbricada por critérios de normalização, que estratificam pessoas e comportamentos, em decorrência de uma assimilação colonialista do discurso da normalidade que se verifica a partir da pouca tolerância à diferença. Ao se analisar a atuação da mídia no sistema de representações e discursos referentes ao deficiente, estes se encontram permeados por subjetividades, levando a aumentar o preconceito, as disparidades sociais e culturais deste segmento populacional a partir de informações truncadas que acarretam em concepções construções estereotipadas, pois, na concepção de NAUJORKS (1997, p.6): “a mensagem veiculada torna-se um efetivo meio de produção de atitudes em seus receptores”.

Há de se salientar que a sociedade atual encontra-se submersa por um caleidoscópio de articulações, desencontros, buscas e extravios, conceitos e realidades pretéritas e presentes, reais e imaginárias. Nesse contexto, a educação assume-se como um instrumento capaz de dar ao ser humano possibilidade de discernir as informações veiculadas na mídia, a fim de que não se torne um receptor passivo, mas um agente capaz de criticar e de assumir posições frente ao que lhe está sendo exposto, isto significa a progressiva dissolução dos estereótipos, marcas, estigmas ideológicos por meio dos quais as diversidades transformam-se em desigualdades, alienações, reificações.

Segundo FORQUIN (1995, p.30): “A educação que por natureza supõe a autoridade e a tradição, deve se exercer num mundo que não está mais estruturado pela autoridade nem contido pela tradição.”

<sup>1</sup> Autora, mestranda em educação da Universidade Federal de Santa Maria - RS.

<sup>2</sup> Orientadora, Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> do Departamento de Educação Especial- UFSM - RS.

<sup>3</sup> Co-orientadora, Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> do Departamento de Letras - UFSM - RS

Do ponto de vista funcional a educação corresponde às necessidades da sociedade para sobreviver, a articulação dos meios e dos fins, de causas e efeitos que coadunam em representações sociais, sendo estas envolvidas por um aporte valioso de compreensão da realidade, pois se constitui em um dado empírico do qual se parte para uma análise dialética, que permite conhecer concretamente a consciência, a atividade e a identidade de sujeitos situados social e historicamente.

Na perspectiva de JOVCHELOVITCH (1995, p. 81):

*As representações sociais são uma estratégia desenvolvida por atores sociais para enfrentar a diversidade e a mobilidade de um modo que, embora pertença a todos, transcende cada um individualmente. (...), elas não apenas surgem através de mediações sociais, mas tornam-se, elas próprias, mediações sociais. E enquanto mediação social, elas expressam por excelência o espaço do sujeito na sua relação com a alteridade, lutando para interpretar, entender e construir o mundo.*

Abordar a teoria das representações sociais, remete a ter um panorama das multifacetadas a que está submersa a vida social, com todas as suas nuances, trazendo à tona questões como desigualdades sociais, exclusão, entre outros, servindo de canal para a promoção do diálogo e do entendimento das questões que dizem respeito as fronteiras estabelecidas entre sujeito e sociedade e as transformações substantivas que evocam desta relação. É a luz destes elementos constitutivos (SUJEITO-SOCIEDADE) que se pode estabelecer uma conexão com a alteridade, uma vez que este espaço está alicerçado em função da diversidade humana, em cujo cerne de expressão calca-se no diálogo e na ação comunicativa.

Portanto analisar a representatividade dos discursos presentes na cultura midiática referente ao portador de necessidades especiais requer estudar as rupturas subjacentes a esta discursividade, os embates e os conflitos que nele estão presentes, e que dizem respeito não só a interdiscursividade (constituição deste discurso em função de outros campos que nele atuam), mas também ao intradiscorso; conflitos, por exemplo, geracionais, advindos sobretudo de questões sociais.

Sendo assim, é no paciente exercício do olhar e também no persistente refinamento das interações dialógicas que é possível verificar o quanto a diferença é rechaçada em nossa sociedade, onde a comisseração paternalista dá lugar a uma falsa visão de respeito as diferenças individuais. Os antagonismos, os conflitos e a não linearidade das idéias que são e estarão sempre sendo construídas ao longo do processo histórico e social da humanidade com relação ao sujeito 'diferente' dos parâmetros cultural e esteticamente pré –estabelecidos circunscrevem-se dentro do sistema de produção característico das sociedades contemporâneas, que definem o que é 'normal e o 'patológico' dentro de uma dada conjuntura discursiva.

Como registra Ribas (1986) todo o indivíduo que “foge” das normas e regras (pré)estabelecidas é considerado estigmatizado; mas o estigma não está no sujeito ou na deficiência que ele apresenta; são os valores culturais estabelecidos pela sociedade que permitem categorizar as pessoas que fogem aos padrões de normalização, aferindo a estas determinados rótulos sociais.

Para CUNTO; LIRA (1999, p.47)

*O enfrentamento das diferenças, sejam elas quais forem, mobiliza, desperta nossa capacidade de lidar com o inesperado e com situações que desencadeiam sentimentos diversos e ambivalentes, conscientes ou inconscientes. Esses sentimentos, seja da parte de quem se depara com a diferença, seja de quem a carrega, identifica cada ser, qualifica-o positivamente ou negativamente, enquadrando-o em grupos considerados normais ou divergentes; cujos atributos e categorias são formulados pela sociedade.*

O estigma é, antes de tudo, uma construção afetiva, uma manifestação social dos sentimentos e noções que permeiam o grupo e o sujeito nas suas relações com o meio. A carga social do estigma é a marca afetiva de uma cultura em relação ao portador. Os sentimentos de diferença, de 'déficit', de ausência de parâmetros igualitários são constitutivas do desejo desse sujeito. O desejo de aprender, de conhecer, de relacionar-se, de integrar-se são também frutos desses elementos; do olhar social pode frutificar um sujeito ou pode ser por ele reduzido a um objeto, quer no campo relacional ou no campo do conhecimento.

CROCHIK (1995, p.22), ao abordar a questão da socialização e cultura como elementos propulsores na formação dos estigmas/preconceitos/estereótipos, criando barreiras atitudinais e relacionais no convívio social, coloca

*Menos que as diferenças individuais, o que leva o indivíduo a desenvolver preconceitos ou não é a possibilidade de ter experiências e a refletir sobre si mesmo e sobre os outros nas relações sociais facilitadas ou dificultadas pelas diversas instâncias sociais presentes no processo de socialização.*

De acordo com o exposto acima, pode-se dizer que a teia de efeitos especiais presentes nos meios de comunicação social, anestesiam a capacidade do receptor de interpretação e reinterpretação das mensagens, onde os padrões estéticos são determinados pela beleza pasteurizada, respaldados em um regime de verdade que oferece a ilusória transparência social na qual todos se comunicam com todos.

No caso de se pensar a deficiência dentro da sociedade, esta encontra-se embricada por critérios de normalização que estratificam pessoas e comportamentos, em decorrência de uma assimilação colonialista do discurso da normalidade que se verifica na pouca tolerância à diferença. Ao se analisar a atuação da mídia no sistema de representações e discursos referentes ao deficiente, estes encontram-se permeados por subjetividades, levando a maximizar o preconceito, as disparidades sociais e culturais deste segmento populacional, a partir de informações truncadas que acarretam em concepções/construções estereotipadas.

A nível educacional, é importante estabelecer um diálogo construtivo entre os saberes constituintes das práticas pedagógicas cotidianas e os discursos de outros campos sociais<sup>4</sup>, partindo do pressuposto de que a escola é um microsistema que reforça o discurso competente (a fala e o saber do especialista) em detrimento aos anseios das massas (receptores do conhecimento), caracterizando uma necessidade social específica, qual seja, a de referendar a imobilidade de uma sociedade onde “manda quem pode, obedece quem precisa”<sup>5</sup>.

Para DEMO(1995, p.149)

*O truque é preservar as mazelas do sistema educacional, para que obstaculize ou se retarde o máximo possível à formação da competência popular. A subalternidade da população é mantida indefinidamente. Faz parte do mesmo truque imbecilizar a população pela via da comunicação truncada, tendenciosa, mercantilizada, que acaba também atingindo as identidades culturais populares locais e regionais.*

Dentro de uma visão pós-moderna, vigente nos dias atuais, a espiral viciosa das disparidades sociais precisa ser revertida, sendo estas evidentes nos discursos contidos em prol de uma sociedade inclusiva, onde o respeito à diversidade, as minorias étnicas, a pluralidade de doutrinas e os direitos humanos são emergentes. No entanto, percebe-se que a escola apresenta-se pouco articulada ao processo comunicacional na sociedade como um todo e na educação nela inserida, tendo como consequência a total fragmentação dos saberes sistemáticos que redundam em uma artificialidade organizacional distanciada da sociedade diária, onde este recepto recoloca a questão da “miséria da escola” como retrato da “miséria da cidadania”.

Freire apud LIMA (1981, p. 19) coloca que

*Há uma pluralidade nas relações do homem como o mundo, na medida em que respondem à ampla variedade dos seus desafios. Em que não se esgota num tipo padronizado de resposta. A sua pluralidade não é só em face dos diferentes desafios que partem do seu contexto, mas em face a um mesmo desafio. No jogo constante de suas repostas, altera-se no próprio ato de responder. Organiza-se. Escolhe a melhor resposta. Testa-se. Age. Faz tudo isso com a certeza de quem usa uma ferramenta com a consciência de quem está diante de algo que o desafia.*

O desafio premente da educação formal é assumir novas formas de informação, ou seja, estar conectada ao fim que a persegue que é o de corresponder aos desafios da sociedade, transformando-se em um instrumento mediador para o conhecimento da *escola da vida* e não como representante de farsas irônicas da sociedade (imbecilização do sujeito), e evitando a “imagem de casa velha, perdida no tempo, olhando pra trás”<sup>6</sup>. As mídias não devem ser vistas apenas como recursos audiovisuais, mas como importantes componentes articulados ao complexo conjunto da comunicação educacional com vistas a colaborar na formação de cidadãos, pois de acordo com WERNECK (1997, p.259): “manter uma relação saudável com a informação significa depositar nela credibilidade suficiente para questioná-la. Informação que causa uma lágrima sentida - e só - não é informação”.

Verifica-se, dentro da comunicação social, que há prementemente um jogo entre os denominados *enunciadores - autoridades* (supostamente peritos ou astros da mídia) os quais avalizam os enunciados constitutivos de um *ser diferente* inseridos na trama discursiva e que perpassam o simples registro de um ato transgressor, mas um precioso documento de uma época e que levará certamente a outras questões relativas aos demais discursos que ali se cruzam, estando estes impregnados de valores sociais. Há de se salientar que os objetos dos discursos poderão prestar-se a inúmeras análises, pois os jogos de relações presentes nestes são bastante diversificados. Deste modo o objeto ao qual é dirigido o foco teórico principal destas notas, o deficiente,

<sup>4</sup> Neste caso a mídia, meio de comunicação de informações, de mensagens que interligam produtores e receptores das mesmas, nas diversas instâncias da sociedade, dentre elas, a escola.

<sup>5</sup> Ditado popular.

<sup>6</sup> Baseada na Obra de DEMO (1997:97).

possui uma identidade (mesmo que de forma silenciada e velada) que atravessa os tempos e que não é tratada da mesma forma e sob um único ponto de vista pelas instâncias que o nomeiam (neste caso a escola e a imprensa escrita).

FAZENDA (1994, p.40) é oportuno quando aponta que

*O estudo da atividade humana na sua manifestação mais imediata- o existir e o fazer cotidiano- parece fundamental para compreender não de forma dedutiva, mas de forma crítica e reflexiva o momento maior da reprodução e da realidade social.*

A análise discursiva dos fatos nos remete a pensar o sentido dimensionado no tempo e no espaço das práticas humanas, descentrando a noção de sujeito e revitalizando a autonomia do objeto da lingüística, procurando articular os conhecimentos no campo das Ciências Sociais e do domínio da Lingüística, trabalhando a relação entre língua-discurso-ideologia; não concebendo a comunicação como um processo serializado (alguém fala, refere alguma coisa, baseando-se em um código, e o receptor capta a mensagem, decodificando-a), mas como um complexo processo de constituição de sujeitos (emissor e receptor) e produção de sentidos e não meras transmissões de informação são isso sim, processos de identificação do sujeito, de argumentação, de subjetivação, de construção da realidade.

Neste sentido, Pêcheux ( apud SERRANI, 1997, p. 25 ) ao referir-se a padronização dos discursos existentes na sociedade, visando conjurar poderes que formam uma complexa rede de acontecimentos que se reforçam e se compensam, coloca

*Dada uma formação social em um momento determinado de sua história, ela se caracteriza, através do modo de produção que a domina, por um estado determinado da relação entre as classes que a compõem; essas relações expressam-se por meio da hierarquia das práticas que esse modo de produção necessita, levados em conta os aparelhos através dos quais se realizam essas práticas; a essas relações correspondem posições políticas e ideológicas, que são o feitiço de indivíduos, mas que se organizam em formações que têm entre elas relações de antagonismo, de aliança ou de dominação.*

É importante salientar que há uma infinidade de informações que podem ser extraídas de uma notícia, levando a analisar signos lingüísticos presentes na cultura midiática, resultantes freqüentemente da sublimação (estereótipos sociais), que permitem situar na discussão questões concretas, contornando os mecanismos de controle. Sendo assim, o emissor e a comunidade receptora, na comunicação social, guardam uma relação de poder, onde, de um modo geral, quem dispõe da palavra respalda-se de uma credibilidade, o que lhe confere um alto grau de prestígio á confiabilidade, em virtude de seu enunciados axiomáticos que furta-se a análise crítica.

Desta forma, investigar as práticas pedagógicas fora do contexto escolar, recai na tentativa de superar a dicotomização entre teorias educacionais e saberes cotidianos, dicotomia esta construída pelo discurso cientificista que idolatra como verdade o conhecimento sistematizado e classifica como erro ou aparência o saber cotidiano.

Com novos olhares é possível detectar novos contornos do real que não podem ser desconhecidos no processo educacional; tomando o portador de necessidades especiais como categoria de análise, pode-se contribuir com uma leitura dos paradigmas educacionais em que a diversidade social e cultural possa ser contemplada e onde os sujeitos tanto individuais quanto coletivos não sejam vistos sob a ótica da neutralidade, mas apareçam como pessoas construindo-se no processo histórico, através das variadas e intrincadas relações sociais. Vale salientar que o importante é ressignificar a diferença no conteúdo do discurso democrático, fundamentado na igualdade de valor entre todas as pessoas que devem ter os mesmos direitos e serem respeitadas em sua dignidade humana.

Segundo GUARESCHI (1989, p. 9)

*A comunicação “elabora” o nosso cotidiano, legitima o nosso cotidiano, justifica e transforma, se necessário, o nosso cotidiano. Assim como, para viver, você precisa de arroz, feijão, carne e de outros alimentos, Para “sobreviver” na sociedade, você precisa de família, escola, religião, trabalho, meios de comunicação, política...Mas o arroz você não o come cru. Alguém deve prepara-lo, cozinha-lo, temperá-lo. È exatamente isso o que acontece, também, coma as instituições sociais (família, trabalho, etc.): alguém precisa “cozinha-las”, “temperá-las”; é isso que eu chamo de “elaborar”. E quem faz isso é a comunicação silenciosa, indireta, subjacente... mas tremendamente eficaz! Pois sem isso a sociedade seria diferente.*

A partir do autor supracitado, salienta-se a importância de uma leitura crítica do que está servindo como “pano de fundo” nas palavras e imagens veiculadas, para que seja minimizado o poder de persuasão das “armações culturais” que são destiladas cotidianamente ao público receptor de informações; onde o grande ápice está em trazer à tona argumentos que comprovem a tese da necessidade de desenvolver um trabalho que prime pela formação da consciência crítica e de buscar a democratização dos meios de comunicação social.

Há de se considerar que a comunicação perpassa os diversos níveis em que ocorre. O nível mais em voga diz respeito a comunicação social, caracterizada pela ruptura entre o emissor e o receptor; o emissor é uma empresa, o governo, um grupo político ou religioso, e o receptor é o público anônimo, disperso e heterogêneo.

Este modelo de comunicação está pouco voltado para as necessidades do povo e aos interesses sociais. Ela trabalha os seus interesses, da empresa e do grupo ao qual encontra-se inserida. Neste nível é emergente que se crie um novo sistema de propriedade, que rompa com os monopólios, onde o conteúdo da comunicação vislumbre o bem comum, ao acesso as fontes de informação de forma crítica e dinâmica, minimizando deste modo o poder coercitivo relegado à comunicação de massa; a própria organização deve ser modelada para o diálogo e para ampliar a capacidade educativa do sujeito dentro de um ensino assistemático, mas que refletirá de forma bastante significativa para o seu desenvolvimento na instituição formal de ensino.

JÚNIOR (1991, p. 204) coloca que

*Os meios de comunicação oferecem modelos e soluções comportamentais calcados em saberes parciais ou mesmo folhetinescos. Argumentações quase científicas ou idealizações romaneadas são simulacros da clássica divisão entre ciências da natureza e ciências do espírito. A comunicação é, essencialmente produtora; não podemos tratá-la como exercício de transmissão inocente: isto autorizaria uma abordagem sociológica da comunicação. Até mesmo porque a transformação contemporânea de uma sociedade industrial num estágio pós-industrial concedeu à produção de linguagens um papel especial em sociedade, fazendo conferir radicalmente comunicação e vida social. Tanto quanto produzir objetos importa circular mensagens, circulação esta potencializada pela informatização, pelo consumo e pela educação - em tese – universalizada.*

Coadunar as várias formas de aprendizagem adquirida pelo sujeito na sociedade remete a tomada de posições desafiadoras que geram uma nova comunicação. A comunicação, em qualquer nível exige como conteúdo a justiça e a igualdade de oportunidades; comunicar a justiça requer denunciar a injustiça e esse conteúdo deverá ser a matéria-prima que renasce a cada “novo dia” das reais necessidades do ser humano. A partir daí, poderá se iniciar discussões sobre os melhores caminhos a trilhar.

É importante salientar que o espectro que ronda os estudos referentes aos meios de comunicação de massa reside no fato de que estes supõem a existência dos seguintes elementos: emissor-mensagem-canal- interpretação do código recipiente, onde só se efetiva quando o receptor estabelece certo grau de dialogicidade e comunidade ( refere-se ao que é comum, semelhante ) com a fonte. Desta forma a comunicação social deve ser altamente interpretativa, onde a macrocomunidade ( local onde os meios de comunicação de massa operam ) é manipulada por mecanismos de simplificação psicológica, cuja base está na criação de signos (recurso da mente usado para memorizar de modo simples e concreto uma realidade complexa e/ou abstrata), estereótipo (concebe-se como sendo uma construção afetiva, uma manifestação social dos sentimentos e noções que permeiam o grupo e o sujeito nas suas relações com o meio) e a personificação (é a capacidade do sujeito de identificar-se com os apelos, campanhas e movimentos que constituem seu lócus social).

Na perspectiva de GUARESCHI (1992, p. 15)

*(...) o direito à comunicação não é apenas o direito de ser bem informado, ou de poder trocar de canal ou de estação de rádio. Direito humano à comunicação é o direito de alguém dizer sua palavra, expressar sua opinião, manifestar seu pensamento. Essa será então a Pátria de cidadãos conscientes e livres.*

Esse é o ponto fundamental que deve ser levado à tona, no sentido que os meios de comunicação de massa não sejam vistos como massificadores, mas como maximizadores na busca de uma sociedade democrática, onde a igualdade de direitos e a luta pela rechaça das exclusões sociais sejam constantes. Dentro desta perspectiva há de se considerar o mundo como uma totalidade em movimento, que por mais contraditório que seja, proporciona uma identificação histórica eivada de ambigüidades e imbricações, que tem como reflexo a modificação no campo das representações; pode-se assim dizer que o desenvolvimento histórico e as estruturas sociais que lhe são próprias não devem ser entendidas como simples abstrações, mas como elementos preponderantes que se impõem sobre a vida de atores sociais com poder constitutivo.

A idéia paradigmática de se pensar **representação social**, **deficiência** e **mediação** parte do princípio de coadunar as várias formas de aprendizagem adquirida pelo sujeito na sociedade e a sua influência na formação conceitual, que geram as ações díspares de se conceber e de se representar determinados fatos sociais. A comunicação, em qualquer nível exige como conteúdo a justiça e a igualdade de oportunidades; comunicar a justiça requer denunciar a injustiça e esse conteúdo deverá ser a matéria-prima que renasce a cada ‘novo dia’ das reais necessidades do ser humano. A partir daí, poderá se iniciar discussões sobre os melhores caminhos a trilhar.

Na perspectiva de DINES (1986, p.68)

*a liberdade de informação é vital, questão tão essencialmente prática e não mais uma vaga e distante polêmica, como muitos a querem reduzir. O cidadão que tem acesso às informações e condições de escolhê-las, sem perigo, está apto a sobreviver intelectualmente como Homem. O mundo se estrutura de tal forma que o perigo da sobrevivência persiste sempre. Hoje os desinformados são as primeiras vítimas da luta pela vida. Este é o grito do homem contemporâneo: quero saber.*

Resta dizer que a intromissão de um fato novo em um determinado sistema de veículos altera a percepção e a constituição do emissor com relação a fonte receptora de informação, onde paulatinamente o homem foi buscando formas mais sutis de comunicabilidade, podendo-se hoje dizer que a ignorância de determinados fatos da vida devem ser rechaçados, tendo em vista transpor o umbral da factualidade jornalística, captando a essência dos sistemas sociais e, trabalhando-os analiticamente e dimensionando-o dentro do viés da criticidade.

#### BIBLIOGRAFIA

- CROCHIK, J. L. **Preconceito: indivíduo e cultura**. SP: Robe, 1995.
- CUNTO, C. A. & LIRA, M. D. **Deficiência e informação jornalística: uma análise de conteúdo**. Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense, 1999. Monografia de Especialização em Educação Especial.
- DEMO, P. **Cidadania tutelada e cidadania assistida**. Campinas, SP: Autores Associados, 1995.
- DINES, A. **O papel do jornal: uma releitura**. 4ª ed. SP: Summus, 1986.
- FAZENDA, I. **Metodologia da Pesquisa Educacional**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1994.
- FORQUIN, C. J. **Sociologia da educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
- GUARESCHI, P. **A cozinha da ideologia dominante**. In: Revista Mundo Jovem, set. 89, nº 153.
- \_\_\_\_\_. **Um poder nos desafia**. In: Revista Mundo Jovem, nov. 92, nº 206.
- JOVCHELOVITCH, S. **Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais**. In: **Textos em representações sociais**. Pedrinho Guareschi e Sandra Jovchelovitch (orgs.). 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
- JÚNIOR, E. N. **Comunicação: teoria e prática social**. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- NAUJORKS, M. I. **A deficiência e o espaço na TV: quando a mensagem faz a diferença**. USP. Instituto de Psicologia. São Paulo, 1997. Tese de Doutorado.
- RIBAS, J. **O que são pessoas deficientes**. SP: Brasiliense, 1986.
- SERRANI, S. M. **A linguagem na pesquisa sócio-cultural**. SP: Unicamp, 1997.
- WERNECK, C. **Ninguém mais vai ser bonzinho, na sociedade inclusiva**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.